

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL – UM PERCURSO HISTÓRICO

DE MEDEIROS, Márcia Maria¹

Resumo

O objetivo deste artigo é traçar um percurso histórico sobre a extensão universitária no Brasil. Para isso, baseou-se em uma pesquisa bibliográfica que levantou os principais aspectos deste contexto com base nas obras de Nogueira (2013, 2016) e Menezes (2003). Outras pesquisas ajudaram a corroborar a premissa dos dois autores, através da qual a Extensão Universitária deve ser entendida como um espaço dentro da Universidade onde se constrói o sujeito que participa de suas ações como cidadão. Como conclusão, pode-se perceber a importância que a Extensão vem adquirindo no cenário da Universidade como ator político, a partir de suas ações na década dos 80, principalmente após a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Palavras-chave: Atividade Extensionista. Universidade Pública. Cidadania.

Abstract

This article aims to trace a historical percouse on university extension in Brazil. For this, it was based on a bibliographical research that raised the main aspects of this context based on the works of Nogueira (2013, 2016) and Menezes (2003). Other researches helped to corroborate the premise of the two authors, through which the University Extension should be understood as a space within the University where the subject who participates in their actions as a citizen is constructed. As a conclusion, one can see the importance that the Extension has been acquiring in the scenario of the University as a political actor, starting from its actions in the decade of the 80, mainly after the creation of the National Forum of Pro-Rectors of Extension of the Brazilian Public Universities.

Keywords: Extensionist activity. Public University. Citizenship.

Introdução

Fazer uma história da Universidade Pública no Brasil se constitui em grande desafio, dada às peculiaridades que nossa formação possuiu em termos educacionais. Dentro deste pressuposto, construir uma história da Extensão Universitária torna-se per se, um elemento à parte, já que das três grandes áreas que formam o seio do ser Universidade, a saber, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, esta última é de formação mais recente, de acordo com Nogueira (2001), a partir de 1980.

Ainda de acordo com a autora, este momento tangencia o contexto histórico que o país vivia até então. Os anos 80 foram marcados como um período de redemocratização, posta no final da Ditadura Militar e em movimentos políticos como Diretas Já. Nesse quadro, a sociedade como um todo passa a

exigir da Universidade um compromisso maior com a população, principalmente a população mais carente. Assim, a Extensão surge enquanto elemento que vai resgatar, neste lócus, o papel social da Universidade diante a comunidade (NOGUEIRA, 2001).

Algumas problematizações mobilizaram esta caminhada: a Universidade tal qual estava sendo orquestrada seria capaz de democratizar o ensino e popularizar o conhecimento para além de seus muros? Como se poderia estabelecer este contato entre as necessidades da comunidade e o fazer universitário? A Extensão Universitária surge, assim, como o meio mais concreto e eficaz para que essa ponte se concretize.

Rodrigues (2003) corrobora com estas afirmações. Na opinião da autora, foi exatamente este espaço

¹Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS; email: medeirosmarciamaria@gmail.com

para discussão, formado pela conjuntura dos anos 80, que propiciou bases para debates em diversas áreas, como na política e na sociedade civil. Debates na área da educação também se fizeram presentes exigindo entre outras coisas, a democratização do ensino e trabalhando pelo fortalecimento da categoria docente.

Para melhor compreender como este processo ocorreu é importante caracterizar como o conceito de Extensão foi construído. Nogueira se refere à construção do conceito de Extensão enquanto processo histórico, e traz como momento inicial da sua concretização as ações realizadas nas universidades inglesas no século XIX. Segundo a autora:

A Extensão Universitária surge na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, vinculada com a ideia de EDUCAÇÃO CONTINUADA, destinada não apenas às camadas menos favorecidas, mas à população adulta em geral, que não se encontrava na universidade. [...] Alguns anos depois, registram-se atividades de Extensão nas Universidades americanas, caracterizadas pela prestação de serviços na área rural e também na área urbana. (NOGUEIRA, 2001, p. 58, o grifo acompanha o original).

Essas atividades de Extensão eram realizadas com o intuito de atender demandas muito específicas às quais eram originárias das características da clientela que as frequentava. Assim, estes grupos eram atendidos em suas necessidades através de cursos de curta duração e atividades afins (PAIVA, apud, NOGUEIRA, 2001).

De acordo com documento oriundo do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, os primeiros registros sobre a prática da Extensão Universitária no Brasil são datados de 1931, no Estatuto da Universidade Brasileira/ Decreto Lei nº 19.851. Em 1961, novo registro é apontado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 a qual preconizava ações que envolviam “as modalidades de transmissão do conhecimento e assistência” (FORPROEX, 2007, p. 11).

No entanto, a Extensão Universitária só se tornaria

obrigatória nas Universidades Brasileiras, a partir de 1968, quando da Lei nº 5.540, que preconizava que todos os estabelecimentos de ensino superior, bem como as Universidades, deveriam passar a promover atividades “como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade” (FORPROEX, 2007, p. 11). O artigo 20 da referida legislação afirmava: “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968, p.1)².

Nogueira (2001) aponta que, mesmo antes da formalização através do Decreto Lei nº 19.851/1931, já pode ser encontrado registro de ações que caracterizam a Extensão nas Universidades brasileiras. Uma delas aconteceu na antiga Universidade de São Paulo em 1911, a qual se constituiu em uma série de cursos e conferências oferecidas gratuitamente para a população como um todo. Outros registros também podem ser apontados através de ações na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e na Escola Agrícola de Lavras, ambas situadas em Minas Gerais. As atividades oferecidas pelas duas instituições se voltavam para o produtor rural, levando a ele assistência técnica.

Fehlberg, Silva e Valle afirmam que depois de 1975 e Ministério da Educação e Cultura e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras anuirão em relação às definições que a extensão deveria assumir de acordo com algumas premissas:

Somente em 1975 o MEC e o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) definiram a extensão baseados em três características básicas: oferta de serviços à população, fornecimento de material de trabalho à universidade e a integração dessas duas ênfases. (FEHLBERG; SILVA e VALLE, 2014, p. 2).

Através da citação acima, percebe-se que existe uma tentativa, a partir dos anos 70 de definir o significado do conjunto de conceitos relacionados à Extensão Universitária. Este conceito é de grande complexidade, pois pode acarretar o entendimento das fun-

²Este artigo foi revogado em 1996 pela lei 9.394.

ções relacionadas à Extensão como estando ligada a promoção de cursos ou prestação de serviços. Tal fato restringe o seu lócus de ação, impedindo-a de alcançar sua plena dimensão acadêmica (NOGUEIRA, 2001; RODRIGUES, 2003).

Outras contingências importantes que auxiliaram no desenvolvimento das ideias extensionistas no Brasil se referem à ação do movimento estudantil nas décadas de 1960/1970. Estas práticas aconteciam desvinculadas das instituições universitárias em si, pautadas na ação da União Nacional dos Estudantes (UNE) a qual, “[...] tinha uma proposta de atuação no sentido de levar o estudante a participar da vida social das comunidades” (NOGUEIRA, 2001, p. 59).

Tal práxis possibilitava aos estudantes uma aproximação entre eles e profissionais de áreas afins das suas, além de permitir a reflexão sobre as ações realizadas de forma direta junto às comunidades carentes assistidas pelos trabalhos. A premissa da UNE defendia uma Universidade voltada para as necessidades sociais para as camadas mais pobres da população, seja do campo ou da cidade.

Depois do Golpe Militar de 1964 algumas propostas preconizadas pelos estudantes da UNE foram institucionalizadas e passaram a ser tuteladas pelo Estado sob a égide dos militares, como forma estratégica para envolver o estudante universitário em ações próximas das comunidades carentes, entre os exemplos deste processo pode ser citado o Projeto Rondon (NOGUEIRA, 2001).

No ano de 1975, sob forte controle da censura o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lançou o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, o qual, mesmo diante da conjuntura história de repressão, se caracterizou por ser um avanço no que tange às questões extensionistas no Brasil. Gonçalves e Vieira (2015) relatam que a criação deste Plano de Trabalho não se deu sem grandes tensões políticas, isto porque:

[...] o âmbito educacional foi alvo de especial atenção durante a ditadura civil-militar, pois

encontra-se presente nas diretrizes doutrinárias da ESG como manobras e estratégias da Ação Psicológica, que através de medidas educacionais e extensionistas, marcadas pelos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, tiveram grande importância na formação de mão de obra, com intenção de impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país. (GONÇALVES; VIEIRA, 2015, p. 281, grifo nosso).

O Plano de Trabalho da Extensão Universitária tem um papel fundamental no processo histórico da construção da Extensão Universitária no Brasil, porque através dele o MEC conseguiu, mesmo diante de uma conjuntura de repressão, garantir a competência de preconizar como o trabalho extensionista deveria ser realizado pelas Universidades. Isso significa criar uma linha política de atuação e a partir dela, construir espaços para que novos atores sociais se colocassem em cena, no caso as próprias Universidades.

Nogueira (2001) aponta outro marco importante para a história da Extensão Universitária no Brasil, ocorrido na década de 1980. Segundo a autora, nesse momento acontece a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O eixo central que norteou a criação do Fórum foi montado em torno das discussões sobre a ação da Universidade e sua relação com a comunidade/sociedade em geral.

Em torno do Fórum nasceram ideias consensuais sobre a Extensão e seu papel na comunidade onde a Universidade está inserida. As mesmas foram criadas a partir de discussões organizadas pelos Pró-Reitores de Extensão de forma regionalizada e depois, discutidas nacionalmente. Nogueira aponta como as ideias principais:

[...] o compromisso social da Universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade da institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e

a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; e a necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental. (NOGUEIRA, 2001, p.67).

Rodrigues (2003) aponta que as questões norteadoras relacionadas às discussões realizadas pelo Fórum dirigem-se para três premissas: o conceito de Extensão Universitária, a institucionalização da Extensão e políticas de financiamento das/para as ações extensionistas. A autora ainda destaca que a participação/representação de cada Universidade junto ao Fórum foi variável, o que segundo ela deixa entrever a dificuldade sobre a institucionalização da Extensão.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras demonstra a necessidade de construir uma unidade em torno do significado da ideia do que era a Extensão Universitária. Essa fragilidade em termos de unidade era demonstrada através da desarticulação entre as atividades extensionistas e a vida acadêmica o que dificultava a posição da Extensão enquanto corpus no conjunto da Universidade (RODRIGUES, 2003).

As questões apontadas até aqui permitem perceber que existe um laço estrutural relacionando o processo de redemocratização, a partir do fim da ditadura militar e da preocupação em recuperar a função social da Universidade no Brasil, originada dos movimentos sociais (caso da UNE) e de setores internos das próprias Universidades, principalmente aqueles que se preocuparam com questões inerentes a autonomia universitária. Nogueira (2013) corrobora este pensamento quando fala das ações promovidas pela Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), da Associação de Docentes de Ensino Superior (ANDES) e da UNE.

Vale ressaltar que a primeira premissa intuindo um conceito sobre o que seria a atividade extensionista e sobre qual caráter esta atividade deveria ter, foi organizado justamente a partir das discussões coletivas realizadas pelos atores sociais e políticos envolvidos nesta construção. Esta ideia concretiza-se no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão

das Universidades Públicas Brasileiras e caracteriza-se pelo seu aspecto dinâmico e amplo que apoia as ações educativas preconizadas pela Extensão de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa (NOGUEIRA, 2001; RODRIGUES, 2003).

Paulatinamente em torno desta ideia, se vai construindo a imagem da Extensão como prática na e da vida acadêmica do estudante universitário, rompendo com o isolamento que esta área tinha em relação ao Ensino e à Pesquisa e corroborando para a criação do que caracteriza o fazer Universidade. Ademais, esta indissolubilidade demonstra que as ações extensionistas não são meramente assistenciais e nem se restringem a oferta de cursos ou programas de estudo.

Esta posição marca um espaço político de articulação da Extensão junto à vida na Universidade, agora par e passo as demais pró-reitorias. Ela passa a fazer parte do conjunto sistêmico que forma o sujeito que ingressa na vida acadêmica, oportunizando-lhe, a partir das especificidades de suas ações, momentos de aprendizado e construção intelectual e pessoal. Para que isso ocorra, segundo Nogueira:

A relação com a sociedade é necessária e indispensável, pois com ela se estabelece a troca entre o saber acadêmico e o saber popular e, além disso, todo o conhecimento científico, tecnológico e filosófico produzido na academia precisa ser testado, realimentado e reformulado mediante o confronto com a realidade concreta. (NOGUEIRA, 2001, p.69).

A proposta de Extensão desenvolvida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão se tornou referência em termos de política extensionista para as instituições públicas de ensino superior no Brasil e é reconhecida inclusive pelo MEC (RODRIGUES, 2003). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, traz o entendimento do que o Governo Federal preconiza enquanto ideia de extensão: “[...] promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Nogueira (2001) traz algumas críticas em relação às formas arcaicas através das quais o Governo Federal trabalha a ideia da Extensão nos anos 90, embora apresente alguns avanços em relação aos primeiros passos dados nesse sentido em 1931. Segundo a autora, dentro das premissas governamentais as atividades extensionistas ou são associadas ao assistencialismo ou então se relacionam a função de prestação de serviços. Este processo, de acordo com a autora, ainda marca o trato em relação à Extensão por parte dos órgãos governamentais, sendo que é a ação coordenada do Fórum de Pró-Reitores desde os anos 80 que tem repercutido no sentido de efetivar de forma significativa a Extensão enquanto elemento importante na vida da Universidade.

De acordo com Rodrigues (2003) o Fórum de Pró-Reitores representou e representa um momento em que se oportuniza o desenvolvimento de um trabalho conjunto que pode servir para alavancar o trabalho interdisciplinar no cerne do processo educativo que é inerente à formação universitária, permitindo assim a construção de uma visão do social mais integrada às necessidades reais da sociedade. Ainda segundo a autora:

Nos dias presentes, o MEC, enquanto representante da sociedade política, tem estado presente e articulado com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão. As diretrizes de extensão das universidades brasileiras estão sendo ditas pelo MEC, em articulação com as Instituições de Ensino Superior, via Fórum, porta-voz da sociedade civil. (RODRIGUES, 2003, p.08).

Em 2001, o Plano Nacional de Extensão retomou alguns aspectos importantes e indispensáveis para a formação universitária, entre eles a relação entre pesquisa, ensino e extensão. Houve, então, um reforço do tripé que forma o alicerce da Universidade e a Extensão, principalmente depois da criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), através da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) ganhou grande importância (FEHLBERG, SILVA e VALLE, 2014). De acordo com as autoras, o SINAES/CONAES aponta a Extensão como um dos quesitos a serem avaliados em relação ao status quo de cada instituição de ensino

superior, daí auferir-se a importância que ela passou a ter junto ao sistema universitário em geral.

Assim, o fortalecimento pelo qual a Extensão Universitária vinha passando desde os anos 80 quando da organização do Fórum Nacional de Pró-Reitores, passando pelos anos 90 quando ela se fortalece enquanto ator político no cenário da Universidade; assume uma nova proporção nos anos 2000. É possível dizer que este aspecto se concretiza na Política Nacional de Extensão Universitária a qual:

[...] tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (FORPROEX, 2012, p. 10).

A Política Nacional de Extensão Universitária definiu e passou a orientar como deveriam ser realizados os trabalhos envolvendo a questão extensionista no Brasil além de operacionalizar “[...] atividades relacionadas à melhoria de vida da população, à preservação do meio ambiente, à inovação e transferência tecnológica” (GAZZOLA, 2004, p. 36).

Os avanços das ações relativas às práticas da Extensão Universitária no Brasil são inegáveis e se desdobram em meio a diversos projetos de cunho educacional, de assistência entre outros. Um dos mais significativos pode ser exemplificado nas Universidades Abertas para a Terceira Idade as quais acolhem e executam trabalhos com idosos de várias classes sociais e etárias, devolvendo-lhes uma participação ativa na sociedade além de assegurar-lhes a compreensão de seus direitos e de seu espaço enquanto cidadãos.

No entanto, é preciso também compreender que vivemos em um país que tem em si muitos Brasis. E nesse contexto de disparidade social, a Universidade

Pública e a Extensão Universitária têm um papel primordial no sentido de auxiliar a diminuir estas diferenças e exercitar práticas de inclusão social e aprendizado da cidadania. Daí a relevância da Extensão enquanto elemento de formação de pessoas, mas principalmente enquanto espaço onde se pode exercer uma práxis interativa que alia o conhecimento acadêmico, a educação e a sabedoria popular, promovendo assim uma visão mais ampla da sociedade em que vivemos.

Considerações finais

O final dos anos de 1970 e o início dos anos 80 foram marcados pelo processo de abertura política que culminou com o fim da ditadura e com o avanço da redemocratização, promovendo novos espaços para o debate político, filosófico e social. Neste contexto, a Universidade tem um papel primordial, palco que foi de grandes movimentos que propunham o retorno à democracia.

Neste sentido o papel do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão teve um papel importante, pois foi devido a sua ação que se passou a buscar o entendimento e a construção de uma nova ideia relacionada à Extensão fazendo com que esta, por sua vez, passasse a ocupar um novo espaço no contexto universitário.

Mas qual seria o lugar efetivo de onde a Universidade falaria à comunidade que a cercava (e cerca)? Historicamente a instituição universitária ficou encastelada atrás de seus muros, muito distante do fazer social, muito distante da realidade para a qual educava e formava seus profissionais. Essa questão se reflete nos versos de Manuel Bandeira: “Os cavalinhos correndo,/ E nós, cavalões, comendo.../ O Brasil politicando,/ Nossa! A poesia morrendo...” (BANDEIRA, 2001, p. 104).

O lugar por excelência onde esta ação interativa entre educação, formação acadêmica e saberes populares é o lugar da Extensão Universitária, espaço que é a linha de frente no sentido de integrar as ações do Ensino e da Pesquisa, com a realidade social e com o cotidiano. Com o final da ditadura, as

ações relativas a esta interação social passaram a ganhar força e forma, culminando no fortalecimento da Extensão enquanto peça fundamental no sistema que a Universidade forma, aliada ao Ensino e a Pesquisa.

É preciso salientar também que a ideia do que é a Extensão Universitária se faz em meio à polêmica gerada por três questões básicas, quais sejam elas, o próprio conceito que refere ao tema e que apresenta nuance diferente conforme as necessidades e os atores sociais envolvidos; a institucionalização, visto que historicamente a Extensão tem lutado para alcançar seu espaço no alicerce que forma o ser Universidade; e a questão do financiamento do trabalho extensionista, pois a falta de recursos financeiros e políticas de financiamento específicas para as ações extensionistas afeta diretamente a práxis desta área.

Hoje, entendemos que a prática da Extensão Universitária vai além de ministrar cursos para a comunidade. Essa prática hoje envolve a construção de uma proposta de transformação social no sentido de promover ações que dirimam as necessidades dos sujeitos envolvidos e auxiliem no seu crescimento enquanto pessoas, tanto por parte dos acadêmicos que participam destas ações, quanto das populações que são alvo delas.

Mais do que nunca a premissa proposta por Guimarães Rosa, de que mestre é aquele que aprende, se torna própria, pois educar no que concerne a Universidade deveria tratar-se de algo além do “conteudismo” acadêmico. Deveria tratar-se sim, de dividirmos uns com os outros as nossas experiências humanas, nossas vivências, hábitos e valores. Isso permitiria que as pessoas se solidarizassem entre si, ao perceberem via este contato que as diferenças podem não passar de semelhanças.

A Extensão pode ser entendida como o meio através do qual a comunidade pode questionar a ciência, e apresentar a elas as suas demandas. Ela pode retirar da Universidade as máculas de algumas injustiças sociais, políticas e econômicas sobre as quais a acade-

mia teorizou e que hoje se tornam máximas dentro de um sistema econômico e político que preconiza a desigualdade entre as pessoas devido a sua identidade de gênero, sua cor ou sua opção religiosa.

É na ação extensionista que se pode promover a inclusão social e promover uma difusão mais ampla

dos saberes, sem que o elitismo acadêmico continue marcando seu espaço e obliterando a troca de conhecimentos. Porque é através da Extensão que a Universidade percebe que ela não está sozinha em um espaço ou em um conjunto e que obrigatoriamente ela precisa abrir-se para as novas possibilidades que deste espaço e deste conjunto advirão.

Referências

BANDEIRA, M. Rondó dos Cavalinhos. In: BANDEIRA, M. **Antologia Poética**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2001. p. 1-1.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, 1996. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 26 dez. 2016.

FEHLBERG, J.; SILVA, M. C.; VALLE, P. C. Eu, meus filhos e nossa escola: pensando a extensão universitária na escola regular. **Psicologia em Foco**, v. 4, n. 1, p. 1-7, 2014.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão Universitária. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. - Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão Universitária. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: MEC/SeSu, 2012.

GAZZOLA, A. L. A. Inclusão social: dimensão necessária da universidade pública brasileira. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. Edição Especial – 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, v. 2, n. 2, p. 32-36, set. 2004.

GONÇALVES, N. G.; VIEIRA, C. S. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 269-291, jan/jun. 2015.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, p. 57-72, 2001. Disponível em: <<http://escritorio-piloto.org/sites/default/files/documentos/Nogueira,%20Maria%20das%20Dores.%20Extens%C3%A3o%20Universit%C3%A1ria%20no%20Brasil%20-%20uma%20revis%C3%A3o%20conceitual.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2016.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul/nov. 2013.

RODRIGUES, M. M. Revisitando a história 1980-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 135-175, 2003.